



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6783 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

**O GÊNERO DOS NÚMEROS: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO, UMA LEITURA A PARTIR DOS DADOS DA PNAD-CONTÍNUA**

Adj Jefferson Vieira Alves da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Jeanne Félix da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

## **O GÊNERO DOS NÚMEROS: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO, UMA LEITURA A PARTIR DOS DADOS DA PNAD-CONTÍNUA**

### **Introdução**

Neste texto, dialogamos com os números da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD- Contínua), especificamente no tocante à educação. Buscamos, assim, realizar uma leitura sobre os dados produzidos e apresentados no relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre Educação, em 2020, com destaque para Região Nordeste.

Assumimos as lentes de gênero (MEYER, 2013; PARAÍSO, 2018; SCOTT, 1995) para tencionar as informações contidas nos referidos dados, guiando-nos pela seguinte questão: em que medida os dados presentes na PNAD-Contínua permitem pensar as persistências das desigualdades de gênero a partir do campo educacional? As incursões e considerações apresentadas constituem uma aproximação inicial, com abertura para aprofundamentos futuros.

A PNAD Contínua foi produzida pela primeira vez em 2011 de forma experimental e alcançou ao status de definitiva em 2012. Em 2016 ocorreu a última publicação dos dados anuais da PNAD, com base na coleta de 2015, sendo substituída pelo atual formato de PNAD Contínua. Segundo o IBGE, essa última “propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais sobre força de trabalho em âmbito nacional”[1].

A Educação constitui um dos temas suplementares da PNAD Contínua e é realizada no segundo trimestre de cada ano. A justificativa para a realização em um único trimestre, e especificamente no segundo, ocorre para que, segundo o Instituto “o período de matrícula já tenha ocorrido e que o período letivo não tenha terminado, evitando fases de transição entre um nível escolar e outro” (IBGE, 2020, p. 1).

Entre as várias possibilidades de análise optamos, neste texto, pelo recorte de sexo, a

partir da perspectiva de gênero que articulasse os dados com elementos presentes em outros documentos que abordam o eixo gênero-educação. Nossa leitura diz respeito aos dados de 2019 apresentados no relatório PNAD Contínua 2020, em diálogo com documentos internacionais que apontam para a construção da equidade de gênero, aqui destacando o campo educacional. Acionamos com mais ou menos intensidade: o relatório do eixo “Educación y Género”, do Sistema de Informação de Tendências Educativas na América Latina (SITEAL, 2019); “lo Proyecto de la Estrategia a Plazo Medio 2014-2021” produzido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2013), as referências à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (ONU, 1994) e à IV Conferência mundial sobre a Mulher (ONU, 1995). A seguir, apresentamos uma breve reflexão sobre o conceito de gênero e, na sequência, a dimensão de gênero nos documentos internacionais acessados e algumas incursões pelos dados da PNAD Contínua, parametrizando os dados da Região Nordeste com os Dados da média nacional.

### **Uma mirada em documentos internacionais a partir da perspectiva de gênero**

A cena educacional no Brasil, na última década, tem sido marcada por inúmeros retrocessos, alguns intensificados desde o Golpe de 2016 que afastou a presidenta Dilma Rousseff. Mas, mesmo antes do Golpe, o cenário educacional vinha sofrendo ataques e aqui destacamos aqueles que, sob o sintagma da “Ideologia de Gênero”, tem produzido pânico moral e ameaçado a livre atuação de docentes, além da intensificação de ataques às políticas públicas, a exemplo do Plano Nacional de Educação (2014-2024), de políticas de enfrentamento as violências de gênero e homo/lesbo/transfóbicas, até às rotinas pedagógicas do cotidiano escolar (CAMPANA; MISKOLCI, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

Carvalho (2020) recentemente localizou a questão em termos de “guerra cultural”, reflexão inspirada em Hunter, em *Cultural Wars* (1991). Ela se debruçou sobre as propostas de lei que circulam pelo Brasil sustentadas, principalmente, pelo Escola Sem Partido (ESP) e localizou essas disputas a partir do enfrentamento entre “humanistas seculares (defensores dos direitos humanos) e cristãos fundamentalistas (defensores da moral sexista e heterossexista), principalmente no tocante à educação para a sexualidade, igualdade e diversidade sexual e de gênero” (CARVALHO, 2020, p. 11).

Como afirmado por outros/as autores/as, essa disputa não acontece apenas no Brasil. Tal disputa está conectada às discussões sobre direitos humanos em seus múltiplos campos de ação, ao Estado laico, à liberdade docente, entre outros (CAMPANA; MISKOLCI, 2017; JUNQUEIRA, 2017). Nessa direção, é fundamental a existência de análises sobre o campo educacional a partir das lentes de gênero, pois como argumenta Carvalho, “no campo da educação, o enfoque de gênero no currículo e nas práticas pedagógicas é ainda incipiente” no nosso país (CARVALHO, 2015, p.102).

Cabe, então, destacar que gênero assume inúmeras facetas, desde relatórios de organismos multilaterais às pesquisas acadêmicas, trata-se de um conceito polifônico e com diversas perspectivas teóricas. Em nosso ponto de vista, é central apontar a dimensão histórica da emergência e do uso da categoria gênero - mesmo que isso não implique em fácil manejo ou em sua ‘vulgarização’ nos mais diversos espaços. Nesse texto, compreendemos gênero como “os processos por meio dos quais nos tornamos homens e mulheres em meio a relações de poder” (PARAÍSO, 2018, p.24), e como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Somando, aqui, as reflexões de Foucault, a categoria gênero remete a todas as formas de construção *social* – práticas e representações-, *cultural* – artefatos - e *linguística* – posições de sujeito - implicadas no processo de

diferenciação de mulheres e homens no transcurso da história segundo cada contexto-sociedade-cultura.

Sendo assim, o conceito-ferramenta gênero nos leva a considerar que “as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e as políticas de uma sociedade são constituídos e atravessados por representações e pressupostos de feminino e de masculino”, não ficando na constituição destas representações, esses espaços/discursos também “produzem e/ou ressignificam representações” de gênero (MEYER, 2013, p. 18).

Nos documentos internacionais mencionados é possível encontrar uma compreensão de gênero. O relatório SITEAL afirma que “a abordagem de gênero entrou na agenda dos governos de pelo menos cinco maneiras diferentes” (SITEAL, 2019, p.4)[2], detalhado no relatório sob as rubricas: princípio orientador; currículos e materiais educacionais; sensibilização e capacitação de gênero; equidade e inclusão; e, por fim, estratégias de equiparação. O mesmo define gênero como “conjunto de características diferenciadas que cada sociedade atribui a homens e mulheres”, uma vez que “define e hierarquiza papéis, expectativas e direitos” (SITEAL, 2019, p.02)

A UNESCO, por sua vez, tem afirmado em vários documentos que a “igualdade de gênero” é a situação na qual “mulheres e homens gozam da mesma condição e tem as mesmas oportunidades para efetivar o pleno desfrute dos direitos humanos e seu potencial a fim de contribuir com o desenvolvimento nacional, político, econômico, social e cultural” (SITEAL, 2019, p. 02).

Em fins dos anos de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com prazo para 2015, entre os quais: “a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres”. Segundo a página do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[3] a maioria das regiões alcançaram a paridade de gênero no ensino primário, mas a disparidade continua em níveis superiores de ensino.

O não alcance dos ODM resultou na criação dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”[4]. Se olharmos o ODS 4, que versa sobre Educação, identificaremos entre suas metas eliminar, até 2030, “as disparidades de gênero na educação e assegurar acesso igualitário a todos os níveis do ensino”.

Na página do PNUD é possível encontrar alguns dados sobre as desigualdades educacionais sob a perspectiva de gênero. Entre eles, destacamos: 1 em cada 4 meninas não está na escola; 103 milhões de jovens no mundo carecem de habilidades básicas de alfabetização, sendo que 60% são mulheres; 1 em cada 3 meninas/mulheres já sofreram alguma violência física e/ou sexual, entre outras. Apresentados de forma muito geral alguns dados internacionais passamos a abordar os dados da PNAD Contínua 2020 sobre educação no Brasil.

### **O gênero dos números em educação: olhares sobre o Nordeste a partir do PNAD Contínua**

O IBGE publicou recentemente os resultados do questionário anual de educação, cuja base dos dados é do segundo trimestre de 2019 (IBGE, 2020). O relatório do IBGE objetiva “representar o panorama educativo da população do Brasil”, mas alerta que para uma maior compreensão do “sistema educacional brasileiro, é necessário considerar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” - LDBEN (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), além de acessar “outras leis, decretos, portarias e resoluções que compõem o

conjunto normativo da educação no Brasil” (IBGE, 2020, p.1)

O relatório traz dados para uma visão geral da situação da educação no Brasil. Segundo este, em 2019, 6,6% da população com 15 anos ou mais era analfabeta, quando observado os dados para a população com 60 anos ou mais sobe para 18%. Quando os dados são separados por região, o Nordeste possuía 56,2% do total 11 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais, do total 6 milhões estavam na faixa de 60 anos ou mais. O relatório chama atenção para o fato de que, no Brasil, “o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto maior a idade do grupo populacional, maior a proporção de analfabetos” (IBGE, 2020, p. 2).

Em estudo que analisa as desigualdades regionais em educação, Medeiros e Oliveira (2014, p.561) afirmam que “em larga medida, desigualdades educacionais refletem desigualdades regionais mais amplas”. Nesse estudo, os autores categorizam possíveis determinantes que atuam na produção das desigualdades e que as políticas públicas buscam dirimir. Para efeito analítico, dividem em 3 grupos: “Escolas” – inclui características docentes, estrutura, currículos; “Ambiente social” – elementos não escolares como segurança, transporte, trabalho; e, “Características individuais e familiares” – elementos como composição familiar, escolarização, e elementos individuais como raça, sexo, deficiências e outros (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2014, p. 562).

O que nos chama atenção nas reflexões dos autores é que seriam os fatores do terceiro grupo os menos atingidos pelas ações das políticas e que “se alteram mais lentamente” (idem, p.563) de modo que só é possível observar as alterações na transição de uma geração para outra. Nessa direção, embasados em ampla literatura, os autores afirmam que “as *Características individuais e familiares* são um fator de limitação importante para que políticas educacionais alcancem resultados desejados” (ibidem). A seguir apresentamos um exemplo das desigualdades e de como elementos como idade e sexo-gênero apontam essas disparidades.

Destacados por “sexo”, o número do analfabetismo entre as mulheres com idade igual ou superior a 15 anos é inferior ao dos homens. Em 2019, entre as mulheres o analfabetismo atingia 6,3% e 6,9% entre os homens; se comparado com 2016, entre as mulheres a redução foi de 0,7% e 0,5% entre os homens. Quando miramos os dados por região, as desigualdades socioeconômicas do país se destacam: enquanto o analfabetismo no Sudeste e Sul atinge 3,3%, no Nordeste os números apontam para 13,9%.

Olhando as taxas da população com 60 anos ou mais temos uma evolução maior entre as mulheres. Em 2016, a taxa de analfabetismo nessa faixa etária era de 20,9% entre as mulheres e 19,7% entre os homens, agora é de 18% nos dois (IBGE, 2020, p.3). A velocidade com que reduziu entre as mulheres foi quase o dobro da taxa entre os homens, o que nos permite inferir que a ampliação das políticas de igualdade e a maior divulgação das informações possibilitaram às mulheres um maior acesso, sobretudo entre aquelas que não tiveram a oportunidade em sua juventude. Contudo, os números nacionais encobrem um dado alarmante das desigualdades regionais. No Sul o índice é de 9,5%, enquanto no Nordeste o índice é de 37,2%

Quando o relatório apresenta dados sobre o nível de instrução e anos de estudo, é possível observar, também, um maior avanço entre as mulheres. Em 2019, 51% das mulheres tinham pelo menos o ensino médio, entre os homens essa cifra era de 46,3%, em ambos os casos o aumento foi de pouco mais de 3% em comparação com 2016, mas, segundo o relatório, a taxa é mais acelerada entre as mulheres (IBGE, 2020, p.4). As mulheres alcançaram, em 2019, uma média de 9,6 anos de estudos ante uma média de 9,2% dos homens em uma média nacional de 9,4% para pessoas com 25 anos ou mais.

Os elementos regionais voltam a mostrar as desigualdades neste item. Enquanto 50,8 do Centro-Oeste concluíram pelo menos o ensino obrigatório, no Nordeste esse número cai para 39,9%. Enquanto a média de anos de estudos no Sudeste é de 10,1 ante uma média nacional de 9,4, no Nordeste o tempo médio de estudos foi de 8,1. Lidos sob a perspectiva das desigualdades regionais e dos grupos pensados por Medeiros e Oliveira (2014), o maior avanço dos resultados positivos entre as mulheres podem ser justificados se tivermos em mente as inúmeras conferências, documentos e políticas internacionais e nacionais que, nas últimas 3 décadas, têm pautado as desigualdades educacionais, sobretudo quanto aos marcadores de gênero (BRASIL, 2014; ONU, 1994; 1995; SITEAL, 2019; UNESCO, 2013).

Um dos principais dados que o relatório traz é sobre as motivações que levaram a abandonar ou nunca ir à escola. E neste item, nos parece, estão os elementos mais evidentes das desigualdades de gênero, destacando os elementos culturais e institucionais dessas diferenças. Entre os homens, neste quesito, destacou-se a necessidade de trabalhar (50%), seguido de “não ter interesse em estudar” (29,2%) e 0,4% afirmou que “tinha que fazer tarefas domésticas ou cuidar de pessoas”. Entre as mulheres: 23,8% deixou a escola por motivo de trabalho, 24,1% porque não tinha interesse. Mas, 23,8% abandonou os estudos porque engravidou e 11,5% porque tinha que fazer tarefas domésticas ou cuidar de pessoas.

Estamos diante de um dos principais fatores da desigualdade de gênero na Educação. Recorrendo à Scott (1995) para analisar os dados, é possível observar como as relações de poder presentes entre os gêneros é exercida e materializada em situações como essas, em que os tradicionais papéis de gênero são acionados para definir quem deixará a escola para se responsabilizar pelo cuidado com os/as filhos/as, o lar.

Separando os dados por região, no Sul o abandono se deu por questões de trabalho para 48,3%, enquanto no Nordeste o índice ficou em 34,1%. Mas, quando o motivo foi gravidez ou afazeres domésticos, as taxas se sobressaem no nordeste, onde 11,4% das mulheres abandonaram por gravidez e 6,2% por motivo de afazeres domésticos (no Sul os índices são 6,4% e 3,3%, respectivamente).

O relatório do IBGE traz dados do território nacional em vários cortes, além dos dados subnacionais. Olhando os dados brasileiros, sobretudo no eixo de gênero, as relações de poder, assim como a hierarquização de gênero e as desigualdades regionais desempenham fatores muito relevantes, apontando para a necessidade de políticas educacionais voltadas ao enfrentamento destas desigualdades, para além daquelas que atendem as dimensões da estrutura escolar e de fatores sociais como transporte, segurança e alimentação.

Apesar de signatário de inúmeros acordos e tratados internacionais, o Brasil precisa urgentemente intensificar as ações que visem sanar desigualdades educacionais regionais gritantes, sobretudo quando olhamos os marcadores de idade e gênero.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_3ed.pdf;sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei_de_diretrizes_e_bases_3ed.pdf;sequence=1&isAllowed=y)

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.



CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, 2017, vol.32, n.3, pp.725-748. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, mar. 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2015000100119&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2015000100119&script=sci_abstract&tlng=pt)

CARVALHO, M. E. P. DE. Da família na escola à escola no lar: notas sobre uma polêmica em curso. **Roteiro**, v. 45, p. 1-28, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23222>

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação: 2019; PNAD contínua: educação: 2019. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? IN: RIBEIRO, Paula Regina Costa e MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**, Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 25-52pp Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro\\_debates\\_contemporaneos\\_edu](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_edu)

MEDEIROS, Marcelo; OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 561-585, 2014.

ONU. Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo. **Organizaciones de las Naciones Unidas**, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>

ONU. Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer. **Organizaciones de las Naciones Unidas**, 1995. Disponible en: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao\\_pequim1.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf)

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves e CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). **Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. 23-52pp

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v16, n2, p5-22, jun/dez., 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufgrs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>

SITEAL. Sistema de información de tendencias educativas em América Latina. Educación y Género. **SITEAL**, 2019. Disponível em: [https://www.siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_informe\\_pdfs/siteal\\_educacion\\_y\\_gene](https://www.siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_informe_pdfs/siteal_educacion_y_gene)

UNESCO. Proyecto De Estrategia A Plazo Medio 2014-2021, 37 C/4. Paris: **UNESCO**, 2013. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220031\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220031_spa)

Palavras-Chave: Educação, Direitos Humanos, Gênero, PNAD-Contínuo, Nordeste

---

[1] Para mais informações e detalhes ver: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>

[2] Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

[3] Disponível em: [https://www.undp.org/content/undp/es/home/sdgoverview/mdg\\_goals/mdg3/](https://www.undp.org/content/undp/es/home/sdgoverview/mdg_goals/mdg3/) Acesso em Agosto de 2020.

[4] Idem, ibidem.